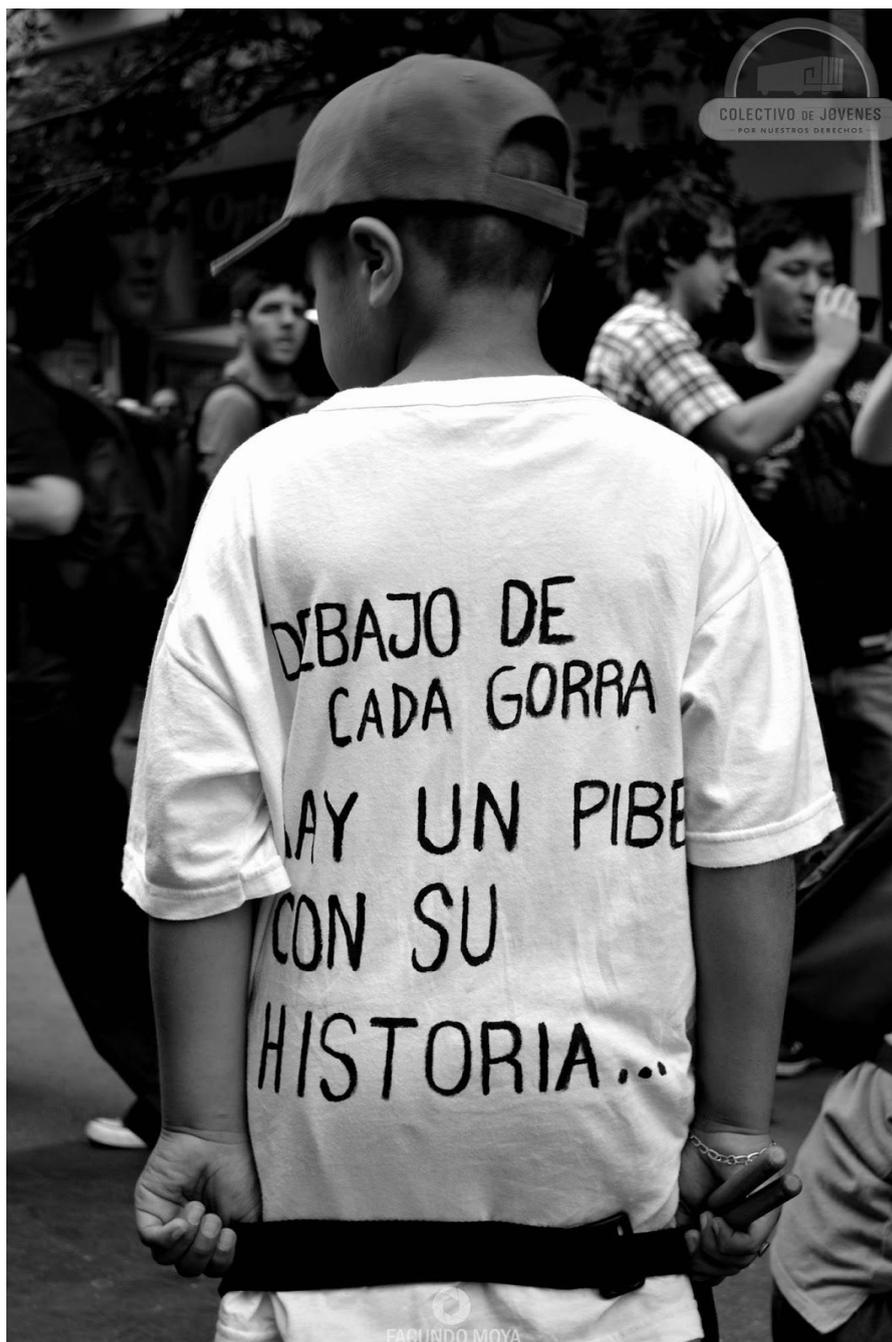


UMA ESCRITA CALEIDOSCÓPICA SOBRE AS ADOLESCÊNCIAS NO
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL



¹ Imagem do *Coletivo de JÓvenes por Nuestros Derechos* da *Marcha de la Gorra*. Córdoba, Argentina.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia

Thanise Urioste Weinert

**UMA ESCRITA CALEIDOSCÓPICA SOBRE AS ADOLESCÊNCIAS NO
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial à obtenção de título de psicóloga

Orientadora: Rosemarie Gartner Tschiedel

Comentadora: Sandra Djambolakdjian Torossian

Porto Alegre, Novembro de 2018.

SUMÁRIO

APROXIMAÇÃO.....	3
O QUE É UMA ESCRITA CALEIDOSCÓPICA?.....	6
A PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DA HISTÓRIA.....	6
A PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DA ANÁLISE INSTITUCIONAL.....	8
A PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DA PSICANÁLISE.....	19
A PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DE UMA QUASE PSICÓLOGA.....	27
ENTERRAMENTO/ ESCAVAÇÃO.....	31
REGISTROS DESSA TRAJETÓRIA.....	34
REFERÊNCIAS.....	49
DISCOGRAFIA.....	51

Resumo: Este trabalho aborda o tema das adolescências no contexto do acolhimento institucional, inspirado no estágio curricular na ênfase de Políticas Públicas da autora, na Fundação de Proteção Especial do RS. Com base na metáfora de Quapper (2001) do caleidoscópio, essa escrita caleidoscópica traz contribuições de diferentes campos, dentre elas: a história, a análise institucional e a psicanálise. Buscando perceber as multiplicidades presentes no tema juventudes e a singularidade das histórias de alguns jovens. Tem como impulso criativo uma mobilidade acadêmica realizada em Córdoba, na Argentina em 2018/1. É um trabalho que costura diferentes experiências, compondo por fim, uma psicóloga.

Palavras-chave: Adolescências; Acolhimento Institucional; Análise Institucional; Psicanálise;

APROXIMAÇÃO

O tema das adolescências me mobilizou no meu estágio de Políticas Públicas na Fundação de Proteção Especial. Minhas atividades no núcleo de abrigos residenciais era acompanhar duas casas, oferecendo acompanhamento constante das crianças e dos adolescentes e também da relação desses com os agentes educadores, além disso acompanhava os acolhidos nas consultas com psiquiatra e com psicólogo (quando necessário para discutir o caso). Eventualmente também participei de outras atividades, conforme o pedido dos acolhidos, como quando pediam para assisti-los na escolinha de futebol ou na aula de ginástica olímpica. Participava também das reuniões de equipe e outros espaços de discussão, como, por exemplo, conversas na escola e conversas com a família das crianças, além de ter participado de algumas audiências também.

Nesta experiência, me chamava atenção a dificuldade que a instituição encontrava para lidar e compreender as/os adolescentes acolhidas/dos. A maioria destes, com mais de 16 anos e acolhidos já desde a infância, já não frequentava a escola, evadindo com muita frequência do abrigo, acabava perdendo vagas em atendimentos médicos e psicológicos por faltas, assim como em atividades de lazer e esporte. Por onde andava o desejo desses jovens? Essa parecia ser uma pergunta que nem mesmo eles próprios saberiam responder.

Muitas vezes a equipe de profissionais sentia que havia feito tudo pelos adolescentes acolhidos, mas que estes não haviam aproveitado suas oportunidades. Essa desesperança quando em acolhimento institucional, despertava em mim e em minha colega de estágio o

desejo de mudar essa situação e de nos aproximarmos dos jovens. Ao longo de nosso estágio, pensamos ideias e propusemos atividades tentando mobilizar o desejo destes, proporcionando espaços em que pudessem ter voz e ser escutados, o que não estava garantido na rotina das casas de acolhimento.

Preocupava-nos que encontrassem como única alternativa para seu futuro a delinquência, que parecia ser o caminho que a desesperança já havia traçado para os adolescentes que não eram encorajados e apoiados a sonhar.

A situação política do Brasil, em que ganham forças discursos retrógrados que atacam o Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos sociais recentemente conquistados na Constituição de 1988, também me convoca a escrever esse trabalho, buscando me apropriar da história do nosso país, através da minha busca em conhecer mais sobre a produção social da infância e da adolescência vulneráveis.

Além disso, também pretendo integrar diferentes experiências que tive ao longo da graduação na UFRGS. Incluindo a experiência mais recentes delas, a mobilidade acadêmica que realizei no primeiro semestre de 2018 em Córdoba, na Argentina. No país vizinho, estive em contato com o tema da adolescência, tanto através das disciplinas que cursei lá, quanto por meio da professora Cristina Noguera, da Universidade Nacional de Córdoba, quem me oportunizou conhecer as instituições de internação das adolescentes em conflito com a lei (CESAM - Centro Socio Educativo de Adolescentes Mujeres) e dos adolescentes, chamado Complejo Esperanza. Lá participei de oficinas de contação de histórias para as adolescentes, em parceria com um projeto de extensão da UNC, chamado Leecuentos. Em Córdoba, também acompanhei algumas oficinas no SENAF (Secretaria de la Niñez, Adolescencia e Familia) realizadas com os pais das e dos adolescentes em conflito com a lei, espaço dedicado para pensar sobre a parentalidade e dificuldades na relação com os filhos adolescentes.

Este meu semestre de retorno ao Brasil, foi marcado pela minha experiência de monitoria na cadeira de Processos Institucionais, junto à professora Rosemarie Tschiedel, que me inspirou utilizar os conceitos da análise institucional nesta escrita. Trago, também, para compor este trabalho, minha antiga paixão, a psicanálise, que não só me encanta enquanto teoria, como também me ajuda, há muitos anos, a transformar minha vida através de meu tratamento pessoal.

Este trabalho é um esforço de elaborar as experiências que vivi no ano passado acompanhando os adolescentes no acolhimento institucional, buscando um olhar que singularize algumas das histórias que acompanhei. Enquanto escrevo, também tento integrar as experiências que marcaram essa trajetória pela graduação, agradecendo a todos que cruzaram essa caminhada e que deixaram marcas que compõem a psicóloga que estou me tornando.

O QUE É UMA ESCRITA CALEIDOSCÓPICA?

La necesidad de desplegar miradas caleidoscópicas hacia o desde el mundo juvenil, que permiten recorgar la riqueza de la pluralidad. Se trata, sin duda, de un esfuerzo por dejar de lado el telescopio, aquel instrumento que permite imágenes fijas y desde la lejanía, para comenzar a usar el caleidoscopio, aquel juguete que nos permite miradas múltiples, diversas, ricas en colores y formas a cada giro de contraluz que efectuamos.

(QUAPPER, 2001, p. 1)

Por muito tempo, a perspectiva dos olhares que os adultos e especialistas lançaram sobre os jovens eram marcados pelo distanciamento: da igreja que olhava os adolescente desde seu ponto de vista da moral, ou dos especialistas que os enxergam desde suas teorias científicas. O esforço desse trabalho é contar sobre a experiência que tive acompanhando adolescentes no acolhimento institucional em Porto Alegre para pensar sobre a sua realidade complexa desde o ponto de vista da proximidade, de quem os acompanhou de perto, em suas rotinas durante um ano.

Inspirada na metáfora de Quapper (2001) do caleidoscópio, que produz imagens ricas em cores e que se transformam conforme o movimento de diferentes perspectivas, utilizo-a como método de aproximação da questão “adolescência no acolhimento institucional”, buscando lançar diferentes perspectivas para compreender a juventude em sua multiplicidade e complexidade. O caleidoscópio opõem-se à lógica do telescópio, através do qual se observam imagens fixas do que está longe, o que equivaleria a lógica dos especialistas que

observam a adolescência “como um objeto natural com características e atributos psicológicos bem demarcados” (COIMBRA; NASCIMENTO; BOCCO. 2005, p. 4).

Este trabalho de conclusão de curso parte da ideia de que não existe uma adolescência, existem adolescências. Essa afirmação é fundamental para perceber a heterogeneidade que compõe o mundo juvenil, especialmente no contexto do Brasil, marcado por tantas desigualdades sociais. Nesse sentido, a juventude não possui um carácter universal e, para ser compreendida, precisa de contextualização e especificidades. Não é o mesmo ser um adolescente de classe média e um adolescente empobrecido: de acordo com Gallardo (1998), pobre significa um estado, empobrecido faz referência a um processo histórico e seu carácter de produção social. Não é mesmo ser uma adolescente mulher e um adolescente homem, assim como também não é o mesmo ser um adolescente branco e um adolescente negro no Brasil.

Somos convocados, pois, a questionar características atribuídas à juventude como se fossem parte de sua natureza, tornando-se inquestionáveis (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008). Inspirada nessa ideia de adolescências com suas multiplicidades, inseridas em tramas complexas, e na perspectiva da psicóloga que quero me tornar, escrevo esse trabalho caleidoscópico trazendo contribuições de diferentes campos, dentre eles, a história, a análise institucional e a psicanálise, que possibilitam composições de diferentes olhares e cores sobre a realidade dos adolescentes no acolhimento institucional.

PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DA HISTÓRIA

Falar sobre a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade social no Brasil é retomar a história do nosso país e contextualizar as nossas antigas mazelas sociais. Remete à época da colonização e todos os efeitos que esse produziu no Brasil. Essa influência colonizadora nos nossos modos de vida se fez presente, desde o início, na lógica de assistência à infância e à adolescência vulnerável. A percepção dos europeus era de que os índios viviam em estado de selvageria e barbárie. Por esse motivo, os Jesuítas criaram as primeiras casas de acolhimento institucional, ainda no século XVI, com o objetivo de separar as crianças indígenas de seus pais para que assimilassem a cultura e a religião portuguesa (Cruz, 2008).

Ao longo da história do país, tivemos diferentes práticas de governo e de controle sobre a população e, conseqüentemente, diferentes modelos de acolhimento institucional, inspirados em diferentes lógicas. Essas práticas de governo sobre a população tem como base o conceito de biopolítica de Foucault (1979, p. 89) que as caracterizam enquanto um “conjunto de estratégias que, desde o século XVIII, se buscou para racionalizar os problemas propostos à prática governamental, oriundos dos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade”.

No início do século XVIII, surgiu a Roda dos Expostos, que “foi a primeira instituição oficial de assistência a crianças abandonadas no Brasil” (CRUZ; GUARESCHI, 2008, p. 31). Seu objetivo era preservar o sigilo do expositor. Foi uma das instituições que durou mais tempo na história do país, sendo suspensa apenas em 1950, condenando por muito tempo as crianças abandonadas ao anonimato e à exclusão social. Lógica que ainda se faz presente atualmente quando, ao ser adotada, conforme Cruz e Guareschi (2008, p. 31) “a família adotante prefere “apagar” a história pregressa da criança”.

No século XIX, a infância começa a ganhar visibilidade, tornando-se objeto de intervenções públicas em todo o ocidente, o que, de acordo com Foucault (1979), é uma preocupação que surgiu para prevenir e conservar a força de trabalho das nações capitalistas para o futuro. No Brasil, nessa época, em razão do fim da escravidão e da imigração de trabalhadores europeus, assistia-se ao aumento do número de crianças abandonadas nas ruas das cidades. Os menores se tornaram um problema para o poder público, que buscou resolvê-lo por meio de medidas higienistas, apostando nas casas de correção que tinham como método a educação por meio da disciplina do trabalho (CRUZ; GUARESCHI, 2008). Essas teorias higienistas e racistas foram utilizadas por uma elite científica que, baseada num devaneio de “missão patriótica”, buscava salvar o país da degradação moral, o que estaria diretamente associado à pobreza (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008).

No século XX, houve a promulgação do Código de Menores e a criação da Doutrina da Situação Irregular, que patologizava a pobreza e o abandono. Nessa época, existiam os Serviços de Assistência ao Menor, que eram reformatórios embasados na lógica penitenciária. Com o Novo Código dos Menores de 1979, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FEBEM) que, inspirada pela lógica da ditadura, seguia o modelo militar dentro dos internatos. Percebemos, pois, que a lógica disciplinar e punitiva que operava nos estabelecimentos de acolhimento era instituída na legislação anterior ao ECA,

que defendia um caráter moral e pregava o afastamento das crianças pobres de seus lares, considerados “perigosos” para a ordem social. De acordo com Lourau (1969, p. 47), o instituído é “a ordem estabelecida, os valores, modos de representação e de organização considerados normais” .

É muito recente o entendimento de que as crianças e adolescentes, independente de classe social, são cidadãos de direitos. Essa nova percepção se deve ao movimento instituinte, ou seja, “de contestação e capacidade de inovação” (LOURAU, 1969, p. 47) que surgiu no país na época da redemocratização, e que influenciou a promulgação da Constituição de 1988 e em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.063, 13 de junho de 1990), que contou, em sua elaboração, com a participação de movimentos sociais. Como característico do instituinte, este movimento resultou em uma nova política de atendimento às crianças e adolescentes, que passaram a ser reconhecidas como cidadãos de direitos e na condição de “pessoas em desenvolvimento” (BATTISTELLI, 2014). A partir do ECA, foram criados os Conselhos Tutelares, os Conselhos de Direitos e os Fóruns em Defesa da Criança e do Adolescente.

A Assistência Social também recebeu nova concepção a partir da Constituição de 1988 e da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. Dentro das modalidades de proteção, temos então a Proteção Social Especial, que, em se tratando de Alta Complexidade, se refere ao acolhimento institucional em Abrigos Residenciais ou Casas Lares. As mudanças constitucionais vão repercutir em novos espaços e lógicas de acolhimento das crianças, substituindo o velho modelo dos “abrigões” como a FEBEM pelo modelo “residencial” (BATTISTELLI, 2014).

PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DA ANÁLISE INSTITUCIONAL

A análise institucional estuda campos de disputa que estão em constante tensão entre instituído e instituinte. As instituições segundo Baremblytt (2002, p. 26) são entidades abstratas que “se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens”. Com base nessa teoria, consideramos como instituições a infância e a adolescência e o ECA representando o movimento instituinte de transformação institucional, produzindo novas lógicas de atenção à infância e à adolescência.

Os intelectuais, chamados de *experts* por Baremlitt (2002) são os conhecedores da estrutura e do processo da vida social (como, por exemplo, os médicos e psicólogos) ocupam espaços de poder, como o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde ou as universidades, construindo determinados discursos acerca do que é ser criança e do que é ser adolescente, supondo, por vezes, a infância e a adolescência como fases universais e homogêneas. É nesse sentido que Coimbra e Nascimento (2008) ressaltam que, na sociedade capitalista, os discursos biomédicos e psi naturalizam determinados modos de ser criança e adolescentes.

Segundo as autoras Coimbra e Nascimento (2008), os especialistas descrevem como características dos jovens o entusiasmo, a impulsividade, a rebeldia e a introspecção, enquanto a infância é percebida como faixa etária que exige um cuidado e atenção constantes, bem como ampla dependência dos cuidadores e imaturidade para tomar decisões. Há, ainda, um discurso desenvolvimentista que enquadra etapas padronizadas se faz presente na própria legislação do Estatuto da Criança e do Adolescente (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO. 2005), por exemplo, nos artigos (ECA, 1990):

*Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o **desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social**, em condições de liberdade e de dignidade.*

*Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a **condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento**.*

*Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade **como pessoas humanas em processo de desenvolvimento** e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.*

Nos casos da infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social, além dos discursos universais e científicos, associa-se a essas faixas etárias o estigma: violência e periculosidade; atravessamento da lógica do antigo Código de Menores que associava

pobreza e delinquência. Criam-se, pois, de acordo com Coimbra e Nascimento (2008), duas categorias para os filhos da pobreza: a infância em perigo que ainda não delinuiu e que deve ser tutelada, e a juventude perigosa, ameaçadora para a ordem social.

Em meu estágio em uma instituição de acolhimento institucional, era possível essas duas categorias operando através das práticas e dos discursos dos servidores. Uma das casas que acompanhei pode exemplificar a infância em perigo: nesse espaço - habitado por bebês, crianças e adolescentes de 14 anos - o clima era acolhedor. Os acolhidos teciam amizades entre si, e pareciam sentir-se livres para soltar sua criatividade e brincar. Faziam competições de dança, propunham atividades, construía brinquedos com sucata, inventavam jogos e brincadeiras. [Esses acolhidos realizavam muitos atendimentos na rede pública de saúde de Porto Alegre: quase todas estavam em atendimento psicológico, psicopedagógico, fonoaudiológico (quando havia demanda) e também alguns acolhidos estavam em acompanhamento psiquiátrico. Além disso, praticavam atividades esportivas em clubes estaduais e participavam de oficinas profissionalizantes em ONGs.

A outra casa que acompanhei me parecia ter um clima mais “pesado”, com marcas mais fortes da institucionalização e era onde residia “a juventude perigosa”. Nesta casa, estavam acolhidos com necessidades especiais que, em sua maioria, já estavam institucionalizados há muitos anos (alguns já eram maiores de 18 anos e interditados pelo Estado), e também adolescentes mais velhos, entre 15 e 18 anos, que eram percebidos pela equipe como “adolescentes problemas”, por apresentarem histórico de uso de drogas, infrequência escolar, não adesão aos atendimentos oferecidos. Além disso, eram jovens que não tinham perspectiva de adoção em razão da idade (a preferência dos adotantes são as crianças pequenas) e tampouco perspectiva de retorno à família de origem.

Buscando perceber as tramas complexas que resultam na institucionalização desses jovens por muitos anos (na contramão do que é apontado pelo ECA, que prevê o acolhimento enquanto dispositivo provisório), encontrei algumas pistas no levantamento nacional realizado pelo IPEA em 2004. Este levantamento indica os marcadores sociais de gênero, raça e classe enquanto influenciadores no tempo de permanência dos acolhidos nos abrigos.

A primeira evidência é o aumento da população negra conforme avança a faixa-etária dos abrigados (IPEA, 2004, p. 51). O documento afirma ainda que, entre 9 e 18 anos, a razão de acolhidos negros em relação aos acolhidos brancos é de 2 para 1. A primeira hipótese para esse maior número de acolhidos negros é a preferência explícita das famílias brasileiras pela

adoção de crianças brancas, o que evidencia o atravessamento do racismo estrutural presente no país, que limita as chances de adoção de uma criança negra.

A segunda hipótese proposta pelo levantamento considera o fator “classe social”, afirmando que as instituições de abrigo representam um *locus* de concentração de crianças e adolescentes pobres, enquanto crianças de famílias com condições econômicas mais privilegiadas estão menos sujeitas à medida de abrigo (IPEA, 2004, p. 54). Confirmando igualmente o atravessamento do racismo estrutural - que ainda contribui para realidades sociais menos favoráveis das famílias negras - segundo o documento, quanto menor a renda per capita de uma família, maior a proporção de crianças negras.

Esses fatores, tais como a preferência pela adoção de crianças brancas e as condições socioeconômicas das famílias de crianças negras, acabam contribuindo para a dificuldade dos acolhidos negros, especialmente meninos, saírem do acolhimento institucional. Naquela época existia uma equivalência de 2:1, “para cada menina abrigada, existiam dois meninos na mesma situação” (IPEA, 2004, p. 50), o que indica que as meninas têm mais facilidade para sair do acolhimento institucional. As hipóteses que justificam essa tese se apoiariam em fatores como o retorno mais rápido à família de origem, o acolhimento por uma família substituta, ou a busca por meios de sobrevivência autônomos.

Considerando a existência desses casos, as Orientações Técnicas do Acolhimento Institucional (2009, p. 53) preveem uma atenção especial aos adolescentes e, especialmente, àqueles cujas possibilidades de reintegração à família de origem foram esgotadas e que têm reduzidas as possibilidades de colocação em família substituta.

O trabalho da instituição de acolhimento com esses e essas jovens deveria priorizar “a construção e fortalecimento de vínculos comunitários significativos, a ampliação do acesso à educação, a qualificação profissional e a progressiva autonomia do adolescente para o cuidado consigo mesmo e o cumprimento de suas responsabilidades” (BRASIL, 2009, p.53), devendo o atendimento prestado a esses jovens estimular a construção de projetos de vida e o fortalecimento do protagonismo. O que se percebe na prática é que, apesar das mudanças propostas pelo ECA, as instituições de acolhimento ainda não se apropriaram de seu novo papel previsto pelas Orientações Técnicas - emancipação e inserção social dos jovens - e seguem reproduzindo práticas de institucionalização e tutela.

A Adolescência e seus desafios para o abrigo

*São perigosos
São tão perigosos
ruins demais.
Fingem que gemem nas macas,
que sangram nas facas,
que morrem.
Tem televisão
qualquer barracão
da escória desse país.
Com que direito,
pedem os leitos
limpos dos meus guris?
(Jorge Simas/ Paulo Cesar Feital)*

No contato com adolescentes em acolhimento institucional, percebia que muitos não se adaptavam ao funcionamento padronizado da instituição, questionando regras e não engajando-se nas atividades propostas. A esses mesmos jovens recai o discurso de que não deveriam ser acolhidos, pois não conseguem se beneficiar das oportunidades oferecidas pelo abrigo, defendendo-se a ideia de que já sabem se cuidar sozinhos. Esses discursos parecem sinalizar uma ausência de transversalidade no cotidiano das equipes do abrigo, o que indica pouca abertura para analisar as suas próprias práticas, não havendo espaço para criar novas estratégias de cuidado que ousem sair do que está institucionalizado.

Acompanhar essa realidade nas casas de acolhimento, me fazia concluir que o acolhimento institucional precisaria repensar qual o seu papel diante dos adolescentes. Os agentes educadores pareciam sentir-se sem saber como lidar com os jovens, muitas vezes enunciando essa angústia; e a instituição como um todo parecia não sentir-se segura para oferecer continência aos adolescentes, em razão do eterno fantasma da judicialização que rondava a vida no abrigo e fazia com que os servidores constantemente se preocupassem em proteger-se judicialmente. Mas será que os adolescentes também estavam sendo protegidos?

Em muitos momentos, os jovens tensionavam a vida no abrigo, questionavam suas regras e também as burlavam. O preço da socialização e não submissão desses adolescentes às regras do abrigo parecia oferecer apenas um caminho: o da evasão. Se um adolescente manifestava o desejo de sair à noite ou em algum horário não permitido, só existia uma saída: evadir, ou seja, sair sem autorização. Sair sem autorização envolvia o registro, pela equipe ou pelos agente educadores, de um Boletim de Ocorrência (BO) desta evasão. O acolhido, então, ao evadir, encontrava-se diante de plena liberdade para fazer o que quisesse, longe dos cuidados dos adultos.

Esses adolescentes vivem, portanto, um paradoxo: por um lado, encontram uma vida dentro do abrigo com as marcas da institucionalização, das regras, da rotina de horários fixa e de muitos atendimentos com especialistas; por outro lado, bastaria pular as grades para encontrarem a plena liberdade da evasão. Abrigo e cidade parecem dois mundos que não se conversam. Quando evadem, criam-se hipóteses por parte da equipe de que a fuga estaria associada a atitudes ilícitas. Os jovens, talvez por receio de não serem compreendidos ou ouvidos, narram muito pouco o que se passa quando estão fora do abrigo.

Em Córdoba, na Argentina, frequentando o grupo de acolhimento para pais de adolescentes que cumpriam medida socioeducativa em meio fechado (projeto organizado pelo SENAF- Secretaria de la Niñez, Adolescencia y Familia) aprendí que, com adolescentes, é sempre necessária a negociação, e a falta desta supõe autoritarismo e incomunicação, caminho que leva o adolescente a romper relações de confiança com seus cuidadores (MINISTERIO DESARROLLO SOCIAL, p. 59).

De fato, comunicação e negociação não são práticas características do acolhimento institucional, possivelmente um atravessamento institucional, em razão da herança do Código de Menores, que compreendia as internações em instituições de acolhimento como privação de liberdade e não como espaço de educação. Não está instituído na rotinas dos abrigos os espaços para conversa, o que acaba empobrecendo relações de confiança que poderiam criar-se entre agentes educadores e acolhidos. As situações de conflito ou desentendimento - como descumprimento de alguma regra da casa - acabam sendo resolvidas recorrendo-se a Brigada Militar ou então através do registro de Boletins de Ocorrência, por exemplo.

Thaís² era uma das adolescentes, conhecida por ser questionadora e sarcástica, que enunciava a rigidez das regras do abrigo e as marcas da institucionalização que restringia a

² Foram utilizados nomes fictícios para garantir preservar o sigilo dos acolhidos.

socialização dos jovens, por não permitir, por exemplo, que saíssem de casa à noite desacompanhados. Thaís enunciava a questão: “quem é o adolescente que não sai de casa de noite com os amigos?”.

Thaís claramente era uma jovem com sintomas depressivos: passava todos os dias em casa na cama, trocava o dia pela noite (passando o dia dormindo e a noite acordada), dizia não ter apetite e, nos finais de semana, evadia. Dizia que ia para casa de amigas e que iam juntas para festas. A jovem relatava que não aguentava mais estar no abrigo, queixava-se de que não havia conseguido nada enquanto estava na instituição, referindo que não havia melhorado suas condições de vida. Não havia sido adotada, havia perdido contato com seus padrinhos afetivos, não tinha perspectiva de voltar para sua família de origem e tinha rompido o vínculo com seu irmão mais velho, Roberto, quem já havia completado 18 anos e saído do abrigo.

No ano passado, houve um episódio em que Thaís contou para Samara, outra acolhida da casa, que iria se suicidar. Samara ficou assustada e comunicou a equipe, que foi até a casa e conversou com a jovem. Thaís concordou com a ideia de ir até uma emergência psiquiátrica para ser avaliada. Retornou da emergência com a prescrição de medicações para o quadro de Transtorno Bipolar. A jovem foi encaminhada para atendimento em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), onde foi convidada a participar de um grupo de adolescentes, para o qual não mostrou interesse e nunca participou. Em sua segunda consulta com o psiquiatra, seu tratamento com medicação foi interrompido em razão de suas evasões do abrigo nos finais de semanas, período em que ficava sem tomar a medicação. O médico afirmou que, se ela não abrisse mão das saídas, ele teria que suspender sua medicação, justificando que não adiantaria fazer o tratamento de forma irregular. Thaís manifestou que era uma adolescente como qualquer outra, que não deixaria de fazer o que os outros jovens fazem em função do acolhimento institucional. A adolescente não abriu mão das suas saídas e, com isso, a medicação foi suspensa.

Esse é um caso que não houve possibilidade de negociação. Realizar o tratamento psiquiátrico colocava como condição, abrir mão da vida social nos finais de semana, enquanto que essas amigas que Thaís evadia para encontrar, pareciam ser os únicos vínculos que ainda lhe restavam fora do abrigo. Penso que, neste caso, a medicação poderia ter sido problematizada pela equipe do abrigo em relação às saídas da jovem, que evadia toda sexta-feira e retornava apenas na segunda, passando muitos dias longe do abrigo sem que a

equipe soubesse de seu “paradeiro”. A equipe poderia ter proposto, por exemplo, que Thaís tomasse a medicação antes de sair, ou então pactuado com a jovem os dias e horários para sua saída e retorno. Mas parece que não há relações de confiança que sustentem essas combinações, entre equipe e acolhidos. Novamente se faz presente o fantasma da judicialização, pois a negociação com a jovem pressupõe a concordância com as saídas noturnas e reforça o receio da equipe de responder judicialmente por alguma adversidade que venha a acontecer com a jovem fora do abrigo. Talvez por esse motivo seja mais fácil tratar as saídas como evasões, sem consentimento da instituição, o que desresponsabiliza o abrigo pela jovem enquanto está fora de sua tutela.

Mas, conforme Fonseca, Allebrandt e Ahlert (2005) os adolescentes não são vítimas passivas e por isso não se deve ignorar a sua capacidade de resistência e de interação criativa com as estruturas de poder. Nesse sentido, os jovens não esperam que o sistema resolva seus problemas, “vão tecendo táticas para “se dar bem” fora do abrigo, táticas que ora complementam as lacunas das políticas sociais, ora burlam as políticas que julgam inoperantes” (FONSECA; ALLEBRANDT; AHLERT, 2005, p.58)

Isso me faz recordar de uma situação que ocorreu durante o período do estágio quando Thaís, a “jovem evadida”, ligou um dia de madrugada para um assistente de direção, dizendo que estava em uma festa, que não se sentia bem e que gostaria de retornar ao abrigo. Essa situação foi interpretada pela equipe como um ato manipulador da adolescente, a qual sabia que a direção do abrigo não poderia negar socorrê-la.

Podemos pensar essa situação como um analisador que evidencia a separação entre o cuidado dentro e fora do abrigo: enquanto os jovens estão além dos muros do abrigo, a instituição sente que não precisa responsabilizar-se por eles. Thaís, com sua atitude de ligar para a direção, literalmente chama a instituição à responsabilidade de protegê-la - ainda que “evadida” - o que provoca um grande desconforto na equipe, que entende esse ato da jovem como manipulador e trapaceiro.

O Fio da Meada

Considerando o desafio de criar vínculos com os adolescentes no abrigo e construção de espaços para escutá-los, eu e minha colega de estágio usávamos nossa criatividade para promover dispositivos de fala. Apesar de termos reunido tantas ideias e proposições, poucas

delas conseguimos realizar. Uma primeira interpretação me fazia pensar a não concretização das atividades propostas como uma responsabilidade nossa, por não termos persistido suficientemente. Os conceitos da análise institucional me possibilitaram reflexões mais complexas: as quais me fizeram perceber que, para além da nossa iniciativa pessoal, também está colocado o funcionamento do próprio estabelecimento; que pelo grau de institucionalização das relações no abrigo e pelo peso das marcas ainda muito recentes das instituições totais, como a antiga FEBEM, ainda esteja presente nas relações de trabalho a tendência à reprodução de antigas práticas e o pouco espaço para a análise destas.

Recordo de algumas dessas ideias que propusemos no início do estágio. Eu e minha colega pensamos que, assim como cada casa tem o Livro de Ocorrências (herança da FEBEM), onde os adultos (agentes educadores, equipe técnica, direção e assistentes) escrevem sobre as crianças para que as informações passem de um plantão ao outro, seria interessante que houvesse um livro ou diário em que as crianças e os jovens pudessem escrever sobre si mesmos (escrever sobre seus sentimentos ou registrar situações marcantes para eles). A ideia é que fosse um diário coletivo. No entanto, para a nossa surpresa, ao levarmos o assunto para a reunião de equipe, foi imediatamente rejeitada a ideia, com a justificativa de que um livro com registros feitos pelos acolhidos poderia criar tensão na relação com os agentes educadores, os quais poderiam se sentir ameaçados, já que registros poderiam ser utilizados em processos de sindicância. Nos sugeriram que fizéssemos rodas de conversa com as crianças, mas a ideia acabou se perdendo.

Outra ideia que tivemos foi propor uma oficina para alguns dos adolescentes acolhidos em parceria com o projeto do Estação Psi da UFRGS, chamado “Fio da Meada”. A ideia era que alguns dos adolescentes (principalmente aqueles que o abrigo considerava como “casos perdidos”) pudessem sair da sua rotina de caminhos já conhecidos para circular por um novo ambiente - o da universidade - apostando na possibilidade de que a aproximação com esse ambiente também pudesse repercutir no desejo pela escolarização.

Na primeira tentativa de propor a atividade na reunião de equipe, os técnicos apreciaram a ideia, no entanto, ao elencarmos quais adolescentes gostaríamos de convocar para a atividade - Thaís, Denis e Guilherme (considerados “casos perdidos”) - surgiram alguns comentários: “Vocês acreditam mesmo que eles vão querer?”. Frases que sutilmente nos desestimulavam e reproduziam uma desconfiança frente aos adolescentes. Coimbra e Nascimento (2008, p. 9) ressaltam como “práticas cotidianas, por menores e mais invisíveis

que sejam, constituem-se em poderosos instrumentos de reprodução e/ou criação.” Percebemos, pois, como os pequenos comentários da equipe perpetuaram antigos estigmas, que “excluem, estigmatizam e tentam destruir a pobreza, notadamente sua infância e juventude” (Coimbra; Nascimento, 2008, p. 9), reproduzindo um desinvestimento nesses sujeitos, considerados “casos perdidos”.

Convidamos para a atividade: Guilherme, Thais e Denis. A primeira ida à Gráfica da UFRGS, onde ocorreria a oficina, foi marcada para uma segunda-feira às 9h. Em razão da disponibilidade dos acolhidos, nesse primeiro encontro só iria Guilherme, adolescente de 17 anos, que estava no abrigo há 8 e já não tinha nenhuma credibilidade com a equipe. Thaís não iria, pois estava evadida, e Denis tampouco poderia ir, porque havia ido passar o fim de semana com sua família, só retornaria na segunda à tarde. Havíamos combinado de encontrar com Guilherme na sede da equipe técnica para que fossemos juntos até a UFRGS, mas Guilherme não apareceu. Quando encontramos o jovem, lhe perguntamos sobre a sua ausência e, e este comentou que havia esquecido do encontro.

Pensamos, pois, na possibilidade de a equipe do Fio da Meada ir ao abrigo para convidá-los, ideia que não foi aceita pela direção, em razão da situação judicial dos acolhidos: há restrições na entrada nas casas, que são permitidas apenas com autorização. Uma vez mais, tentamos recorrer à nossa criatividade para responder às regras e à rigidez do abrigo. Tivemos a ideia de produzir um caderninho e mandar o convite por escrito da equipe do Fio da Meada para os adolescentes, pedindo para eles se apresentassem e dissessem se tinham interesse na proposta.

Depois de alguns dias para levar o caderno até a casa de cada um dos adolescentes (cada um vivia em uma casa diferente do núcleo) e para darmos a sorte de encontrar com eles (pois muitos evadem e passam muito tempo fora do abrigo), dois deles escreveram, Thaís e Denis.

Thaís respondeu: *“Obrigado pela lembrança, vou pensar com carinho, logo mais dou resposta”*, não nos dando certeza sobre seu interesse na proposta. Denis respondeu com um pouco mais de entusiasmo, inclusive apresentando um pouco sobre si: *“Eu topo o desafio! Eu sou o Denis. Gosto de Futebol. Faço o Programa Jovem Aprendiz. Tenho cinco irmãos: Daniela, Clara, Roberto e Daiana (ele tinha 4 irmãos, mas escreveu 5 irmãos). Gosto de fazer esportes de contato com outra pessoa.”* Quanto a Guilherme, não conseguimos que

escrevesse sua resposta (com a aproximação de seu desligamento ao completar 18 anos, Guilherme começou a evadir com muita frequência, ficando pouco tempo no abrigo).

Ao tentarmos organizar os turnos para levá-los à Gráfica da UFRGS, o projeto com os jovens, junto ao Fio da Meada se perdeu, assim como há muito já se perdeu também o fio da meada de suas vidas. Os turnos não coincidiam com os dias livres dos adolescentes ou meus e da minha colega de estágio. Além disso, os adolescentes estavam evadindo com muita frequência, não era fácil encontrá-los nas casas. Em suma, a atividade acabou não ocorrendo.

Portanto, me questiono: o que acontece nessas casas que não se consiga propor uma nova atividade e levá-la até o final? Até nas situações mais corriqueiras! Como um dia em que levei um jogo de tabuleiro para uma das casas: a dificuldade foi tanta para iniciar o jogo que conseguimos jogar apenas por 5 minutos. Primeiro, não conseguimos usar a mesa da cozinha, já que era o dia da entrega das verduras, que precisam ser pesadas e registradas em suas quantidades. Na sala também não era possível, era o dia da limpeza da casa. Decidimos, então, esperar o término da limpeza para nos acomodarmos na sala. Na sala há 3 sofás e uma mesa pequena sob a qual está um computador (que nunca vi ser utilizado). Guilherme queria colocar o tabuleiro na mesa do computador. Os agentes educadores o impediram, e afirmaram que não seria possível mover o computador. Propus que sentássemos no chão para jogar. Eliana e Guilherme resistiram em um primeiro momento, não querendo sentar no chão, mas acabaram aceitando. Jogamos em torno de duas rodadas, até a vinda de um enfermeiro, que buscou Guilherme para acompanhá-lo em uma consulta com um dermatologista. Eu e Eliana decidimos jogar mais algumas poucas rodadas, até o horário do almoço, quando tivemos que, novamente, interromper o jogo.

Essa situação me fez pensar na rigidez da rotina com horários fixos para alimentação, administração de medicação, escola, banho e consultas médicas. Enrijecendo o dia-a-dia dos acolhidos, a ponto de não haver brechas para proposições novas, que não estejam previstas na lista de afazeres da rotina. Esse parece ser um funcionamento geral da instituição que padroniza as rotinas e segue um ritmo frenético de responder a todas as demandas, buscando controlar e organizar ao máximo as agendas e consultas médicas para que não haja imprevistos, o que pode ser entendido como uma tendência do funcionamento da instituição de acolhimento institucional a adotar “vícios” e burocracias que “reiteram o mesmo, perpetuam o que já existe, aquilo que não é operativo para propiciar transformações sociais” (BAREMBLITT, 2002, p. 32). Em meio a esse acúmulo de tarefas e à rapidez de dar

respostas competentes tecnicamente, percebemos a dificuldade de autoanálise da própria equipe, o que podemos definir como um processo de sobreimplicação (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007).

A tarefa da instituição de acolhimento institucional - cuidar de tantas vidas - não está dada, e a reprodução de um comportamento padronizado e protocolar evidencia uma tentativa de controle dessa vidas juvenis, apresentando uma ilusão de “eficiência” - de acordo com a lógica de “check lists”, que registra em tabelas, por exemplo, quem está com acompanhamento psicológico, “que atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea, onde o tempo cada vez mais se comprime e se acelera, onde se naturaliza o modo de ser perito” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p. 2) - diante de destinos que tendem a escapar do controle do abrigo.

PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DA PSICANÁLISE

O Palhaço

Ontem varrendo o passado o passado,
encontrei no lixo usado pedaços de um coração.
Tentei o quebra-cabeça, mas para minha tristeza não encontrei armação.
Faltava um dos pedaços, aquele que dá à vida a mais bela sensação.
Era o amor, a pedrinha, algo tão pequenina, que se fora por aí.
E eu como um pobre palhaço, chorando o meu fracasso,
olhava ali nos pedaços, era meu o coração.

(Gecy Weinert)

Início com este poema escrito por minha avó paterna, que fala sobre o amor e a falta que esse faz quando não o encontramos em nossas relações. A psicanálise é uma linha teórica que ressalta a importância do amor e de sentir-se amado: Freud chegou a nomeá-la como uma “cura pelo amor”. Amor que interpreto como cuidado, e é isso o que representa a psicologia: cuidado com o outro. Me identifico tanto com Winnicott por ser um autor que elege o amor como elemento central em sua teoria, afirmando que a pergunta fundamental do ser humano não é “quem sou?”, a verdadeira questão é “sou amado?”.

Winnicott trabalhou com crianças em situação de privação dos cuidados familiares, em Londres, nos primeiros centros de abrigo infantil da Europa que surgiram após a Segunda-Guerra Mundial em razão do grande número de crianças órfãs. Esses centros registraram, na época, altos índices de mortalidade infantil e deficiências no desenvolvimento psicológico, o que evidenciou que “o corpo não sobrevive apenas com cuidados físicos” (Cruz, 2006), afinal, quem cuida de uma criança ou adolescente necessita oferecer algo a mais.

Para Winnicott não nascemos com um ego integrado. A tarefa durante a vida é justamente buscar essa integração, o que o psicanalista inglês chama de *vir a ser*. Sua teoria, que aborda o desenvolvimento psíquico do sujeito, é denominada “Teoria do Amadurecimento Psíquico” e tem como principal elemento constituinte o *ambiente suficientemente bom*. O ambiente, segundo Winnicott (2005), significa as relações do bebê com seus cuidadores e, para que seja suficientemente bom, é fundamental que seja estável e confiável. O sujeito seria o resultado dos seus vínculos afetivos que lhe possibilitam construir uma narrativa integrada e contínua sobre si.

Recorro à teoria de Donald Winnicott para refletir sobre o amadurecimento psíquico dos adolescentes no acolhimento institucional e também para significar comportamentos que, muitas vezes, são interpretados no estabelecimento como “descontrole de impulsos” ou “desorganizações”, os quais são apaziguados com o uso de medicamentos ou com a chamada da Brigada Militar, sem a busca de um entendimento do sofrimento psíquico que está por trás de atos marcados por muito desespero, e que precisam ser escutados.

Pensando alguns casos

La Tristeza y la furia

En un reino encantado donde los hombres nunca pueden llegar, o quizás donde los hombres transitan eternamente sin darse cuenta...

En un reino mágico, donde las cosas no tangibles, se vuelven concretas...

Había una vez...

Un estanque maravilloso.

Era una laguna de agua cristalina y pura donde nadaban peces de todos los colores existentes y donde todas las tonalidades del verde se reflejaban permanentemente...

Hasta ese estanque mágico y transparente se acercaron a bañarse haciéndose mutua compañía, la tristeza y la furia.

Las dos se quitaron sus vestimentas y desnudas, las dos, entraron al estanque.

La furia, apurada (como siempre está la furia), urgida -sin saber por qué- se bañó rápidamente y más rápidamente aún salió del agua...

Pero la furia es ciega, o por lo menos, no distingue claramente la realidad, así que desnuda y apurada, se puso, al salir, la primera ropa que encontró...

Y sucedió que esa ropa no era la suya, sino la de la tristeza...

Y así vestida de tristeza, la furia se fue.

Muy calma, y muy serena, dispuesta como siempre, a quedarse en el lugar donde está, la tristeza terminó su baño y sin ningún apuro (o mejor dicho sin conciencia del paso del tiempo), con pereza y lentamente, salió del estanque.

En la orilla encontró que su ropa ya no estaba.

Como todos sabemos, si hay algo que a la tristeza no le gusta es quedar al desnudo, así que se puso la única ropa que había junto al estanque, la ropa de la furia.

Cuentan que desde entonces, muchas veces uno se encuentra con la furia, ciega, cruel, terrible y enfadada, pero si nos damos el tiempo de mirar bien, encontramos que esta furia que vemos, es sólo un disfraz, y que detrás del disfraz de la furia, en realidad... está escondida la tristeza.

(Jorge Bucary)

Este conto me foi apresentado em um dos “Talleres de Padres” que acompanhei no SENAF em Córdoba. Tinha como objetivo ajudar os pais a refletirem sobre os comportamentos agressivos de seus filhos, percebendo que atos movidos por muita fúria, podem estar relacionados à muita tristeza. Este conto me ocorre agora para ampliar o sentido dos comportamentos violentos dos acolhidos que acompanhei no meu estágio na FPE. Houve uma situação que vivenciei em que um adolescente agiu com muita agressividade, e ter presenciado isso foi muito assustador. A necessidade de dar algum sentido para esse rompante do jovem me motivou a buscar a leitura do livro “Privação e Delinquência” de Winnicott, na busca de atribuir um sentido a esse ato para o qual não encontrei espaço para significar dentro do abrigo.

Walter era um adolescente de 16 anos que já estava acolhido há alguns anos naquele núcleo de abrigos residenciais. O jovem ficou evadido ano passado por aproximadamente 6 meses, e acabou retornando para o mesmo núcleo de abrigos, mas para uma casa diferente da qual estava anteriormente. Nessa nova casa, havia Theo, adolescente de 17 anos, que era conhecido por ser manipulador e por criar muitos conflitos entre os acolhidos na casa. A equipe avaliou que manter Walter (que também era percebido pela equipe como manipulador e desordeiro) e Theo na mesma casa não era adequado, em razão de que os dois juntos poderiam se fortalecer e aumentar os conflitos na casa, potencializando sua “manipulação e rebeldia”, dificultando a harmonia da casa e o trabalho dos agentes educadores.

Foi decidido, em reunião entre equipe e direção do núcleo, em uma sexta-feira, que Walter seria transferido para outro núcleo de abrigos, em outro bairro, onde havia uma vaga disponível. A equipe acordou de dar a notícia para Walter na segunda-feira, mas na instituição de acolhimento “as notícias correm rápido”. Antes de Walter ser comunicado pela equipe, na própria sexta-feira, o adolescente escutou um dos funcionários falando sobre sua troca de núcleo e ficou extremamente incomodado. Diante do seu incômodo, Walter disse, no pátio da casa, que iria pôr fogo no abrigo, que não interessava quem estivesse dentro, que queria queimar tudo. Essa já havia sido uma semana tensa, em que eu tinha presenciado outros momentos muito delicados junto a outras e outros acolhidos, diante dos quais fui orientada a não me apavorar demais. Pensei, então, que os comentários de Walter eram apenas palavras imbuídas de muito ódio, mas que não se transformariam em atos.

Nesta mesma sexta-feira, no final da tarde, quando eu estava no residencial ao lado da atual casa de Walter (as duas casas ficam no mesmo terreno), eu e uma agente educadora

escutamos barulhos de vidros quebrando e pontapés nas lixeiras, vindo do lado de fora da casa. Fomos à porta para saber o que estava acontecendo: era Walter que, com um pedaço de pau, quebrava os vidros da casa ao lado e ameaçava colocar fogo na casa. A agente educadora e eu tivemos que fechar toda a casa onde estávamos, levando todas as crianças para a sala, longe das janelas, para protegê-las. Foi um momento de extrema angústia, tendo em vista que não sabíamos o que estava se passando lá fora.

A situação se resolveu com a chegada dos membros da direção, que chamaram um dos melhores amigos de Walter, maior de 18 anos, que se responsabilizou por levá-lo para sua casa e retornar com ele na segunda-feira para efetivar a transferência de núcleo de abrigos.

Na segunda-feira, foi comentado sobre o ocorrido em equipe como mais uma situação de “desorganização” de um acolhido. Walter retornou ao abrigo conforme combinado, foi efetivada a sua transferência. Não houve espaço para falar sobre a angústia daqueles que viveram aquele momento e, conseqüentemente, não foi possível atribuir um significado ao que havia ocorrido. É por isso que recorri (e recorro agora novamente) a Winnicott, pois foi o autor que me ajudou a pensar possíveis significações para uma reação tão violenta.

Winnicott (2005) afirma que, de todas as manifestações humanas, a agressividade é das mais difíceis de ser mapeada em suas origens, já que tende a ser disfarçada e desviada, atribuída a agentes externos, quando, na verdade, apresenta intrínseca relação com o mundo interno do sujeito e suas fantasias inconscientes. Nesse sentido, pensar sobre a agressividade requer compreender a história do sujeito e o que está se passando na sua vida atual.

É nesse sentido que Omizzolo (2017) afirma que, quando tratamos com crianças e adolescentes abrigados, não podemos deixar de considerar a possibilidade da presença de um registro psíquico calcado no abandono. Considerando que Walter já havia vivenciado uma primeira situação de abandono em sua história por parte da família, que não conseguia responsabilizar-se por seus cuidados, podemos pensar a hipótese de que essa troca abrupta de núcleo de abrigo, rompendo com o vínculo com todos os cuidadores e os acolhidos com os quais Walter havia convivido por anos, possa ter sido vivenciada pelo jovem como um novo abandono por parte do abrigo que o trai e não se responsabiliza por seus cuidados, mandando-o para outro núcleo, com outros cuidadores.

Conforme Oscar Wilde “todo homem mata aquilo que ama” (apud WINNICOTT, 2005, p. 108). Isso quer dizer que, ao lado do amor, devemos esperar a mágoa, o que faz

pensar que Walter reagiu daquela maneira imbuído pela frustração por se sentir traído por aqueles com quem tinha um vínculo e que eram sua referência de cuidadores. Nesse sentido, seu comportamento agressivo pode ser considerado como protesto contra a objetificação que sofrem os adolescentes no acolhimento institucional.

A expressão do sofrimento diante da falta de investimento psíquico que sofrem esses jovens no acolhimento institucional é vivido e expresso por cada um de uma forma. As diferenças começam na forma de lidar com seus impulsos agressivos. Winnicott (2005) afirma, por exemplo, que pode haver uma criança que tende para a agressividade, enquanto outra dificilmente revele qualquer atitude agressiva, mesmo que ambas compartilhem a mesma realidade. Nesse caso, podemos pensar em Walter como aquele que expressou sua agressividade voltada ao mundo externo: querendo destruir o abrigo residencial onde morava, procurou externar dessa forma violenta para que a instituição reconhecesse sua dívida com ele e que reconstituísse o quadro de referências que se mantelou.

Thaís, por outro lado, a adolescente que era conhecida como questionadora e sarcástica - e que teve sua medicação suspensa em razão das suas evasões nos finais de semana - parecia voltar a sua agressividade contra si mesma. Isso ficava expresso através dos seus comentários sobre si, que revelavam grande desvalia pessoal, como quando dizia que era feia, ou que se reconhecia como um dejetivo, afirmando que entrou no abrigo como um “dejetivo pequeno” e que agora havia se tornado um “dejetivo grande”.

Também refletimos sobre a situação em que confessou para outra acolhida da casa, que estava pensando em se matar, como expressão máxima dessa agressividade voltada contra si. Esta agressividade encontra na autodestruição um modo de acabar com a angústia de uma vida marcada pela instabilidade do ambiente, representado pelos vínculos que Thaís queixava-se haver perdido: não havia para ela perspectiva de voltar para a família de origem; havia brigado com seu irmão, que tinha sido acolhido com ela e, no entanto, os dois não se falavam há anos e, ainda, havia perdido o contato com seus padrinhos afetivos, que, de acordo com Thaís, igualmente, não lhe procuravam mais há muitos anos.

Nesse contexto de relações instáveis e efêmeras estava inserido também meu papel como estagiária de Psicologia que tem um contrato de tempo determinado e logo seria substituída por uma nova ou novo estagiário. Essa era uma queixa frequente dos acolhidos que já sabiam que estaríamos lá por apenas um ano. Thaís era uma das acolhidas que enunciava o desconforto quanto a isso: dizia já estar acostumada com a rotatividade dos

estagiários, que todo ano surgia uma estagiária nova e, quando ela estava aprofundando o vínculo, já era o momento de a estagiária ir embora. Como criar um sentimento de segurança e pertencimento em meio a tantas substituições? Trocas de agentes educadores, troca de escola, troca de casa, troca de estagiários, trocas de trabalhadores do serviço. E no meio de tanta instabilidade do ambiente, como construir uma imagem integrada de si mesmo?

De acordo com Winnicott (2005), quando percebe que o quadro de referências de sua vida se desfaz, a criança deixa de sentir-se livre, tornando-se angustiada. Se ainda tiver esperanças de ser amada e cuidada, buscará outro quadro de referência fora do lar, sem o qual poderá enlouquecer. Nesse sentido, ponderamos, no momento em que não sentem o abrigo como um espaço estável e confiável, os jovens passam a buscar fora dos muros do abrigo novas referências de pertencimento, o que nos ajuda a entender as evasões muito frequentes dos adolescentes acolhidos. Seguindo essa ideia, as evasões de Thaís todo final de semana pareciam ser a busca por encontrar um outro lar que a acolhesse. Suas referências estáveis pareciam ser suas amigas e a famílias destas, o que revelou ter sentido, considerando que Thaís acabou sendo acolhida pela família de uma de suas amigas, que ficou com sua guarda.

Denis, adolescente de 17 anos, que também passou grande parte da sua infância e toda adolescência acolhido, não teve a mesma sorte que Thaís em encontrar alguém que lhe acolhesse fora do abrigo. Mesmo durante seu período no abrigo, parece que Denis também não encontrou um olhar que o singularizasse que o fizesse sentir que existia. A impressão que tenho, pelo que pude acompanhá-lo durante meu período de estágio, é que seus conflitos e comportamentos que causavam tensões nas várias casas pelas quais Denis passou (comportamentos agressivos, hipersexualizados ou situações em que roubava pertences dos outros acolhidos), não puderam ser problematizados para a compreensão da singularidade de sua história. Era percebido como mais um “adolescente problema” no caminho da delinquência, em quem a equipe não sentia confiança, pois diziam que, quando conversavam com Denis, ele falava “o que a equipe queria ouvir” e que nunca sabiam o que ele realmente estava pensando. Essa percepção da equipe, de uma “falsidade” no comportamento de Denis, talvez pudesse ter sido identificada como um falso self, uma defesa psíquica muito primitiva para proteger o self verdadeiro, que Winnicott (1975) define como o gesto espontâneo do sujeito. O verdadeiro self se expressa quando há confiança nas relações e parece que Denis não teve um ambiente suficientemente bom que acolhesse seu gesto espontâneo.

Ao invés disso, teve sua vida marcada por rupturas de vínculos e por olhares e discursos que não devolviam a Denis a imagem de quem realmente era ou poderia tornar-se. Podemos comparar essa angústia ao sentimento enlouquecedor de olhar-se em um espelho e não ver reflexo ou ver um reflexo completamente deformado. Denis, conforme aproximava-se de completar 18 anos, foi desligando-se de muitos dos seus vínculos e atendimentos. O jovem já havia rompido o contato com seus padrinhos afetivos: na equipe, circulavam boatos de que o casal o considerava “interesseiro”, que Denis apenas os buscava quando precisava de alguma coisa. Não frequentava mais a escola, apesar de afirmar que ia às aulas. Em razão da infrequência escolar, também perdeu sua vaga no programa Jovem Aprendiz, que parecia ser algo que o despertava interesse. Abandonou suas aulas de jiu-jitsu e também foi desligado do local onde realizava atendimento psiquiátrico.

As consultas psiquiátricas de Denis, que tinham como enfoque sua “dependência química”, era mais um dos espaços que não ofereceria um olhar singularizado ao jovem. O tratamento, ao invés de ampliar as possibilidades e sentidos de sua vida, parecia colar o jovem em mais um estereótipo negativo, o de “dependente químico”. O foco do tratamento era o seu uso de maconha, o que parecia bastante desproporcional para o tipo de uso eventual que o jovem fazia da droga. A maconha, inclusive, não parecia ser a causa de seus problemas, mas um sintoma de quem estava deprimido e angustiado, utilizando a droga como uma “automedicação” para anestesiar-se diante do vazio de sua existência.

“Muitos bebês, contudo, têm uma longa experiência de não receber de volta o que estão dando. Eles olham e não se vêem a si mesmos. Há consequências. Primeiro sua própria capacidade criativa começa a atrofiar-se e, de uma ou outra maneira, procuram outros meios de obter algo de si mesmos de volta, a partir do ambiente” (WINNICOTT, 1975). No caso de Denis, as pistas que temos indicam que, nas suas relações, não encontrou um olhar que o percebesse como real e legitimasse seu modo de existir. O que nos faz supor que, muito próximo de completar 18 anos, o jovem ainda vivia estágios muito iniciais do desenvolvimento psíquico, que ficam evidentes, por exemplo, em uma de minhas últimas conversas com Denis, quando falávamos sobre oportunidades de emprego. Nessa ocasião, perguntei ao jovem com o que gostaria de trabalhar, já que em poucos meses seria desligado do abrigo e necessitaria sustentar-se financeiramente, ao passo que Denis me responde num tom de crua sinceridade e frustração: “eu não sei do que eu gosto”.

“O que acontece se o lar faltar à criança antes de ela ter adquirido uma ideia de um quadro de referência como parte de sua própria natureza?” (WINNICOTT, 2005, p. 130). No caso de Denis, a resposta a essa pergunta poderia ser o encontro com a angústia do desamparo, pois quando o quadro de referências da vida de um jovem se desfaz, ao contrário de sentir-se livre, se torna angustiado, passando a buscar uma estabilidade externa em novas referências. Denis não teve a sorte de encontrar essas novas referências de cuidado fora do abrigo e diante de tamanha situação de desamparo, após o seu desligamento do acolhimento, acabou encontrando muito precocemente a morte.

De acordo com Winnicott (2005), o amadurecimento psíquico não tem relação direta com a idade cronológica do sujeito, este depende do *ambiente suficientemente bom*, ou seja, de vínculos estáveis que transmitam segurança e pertencimento. Essa estabilidade nos vínculos exerce uma função tranquilizadora frente às fantasias ameaçadoras de destruição e despersonalização. Devemos pensar, pois, tendo como exemplo o caso de Walter, de Thaís e de Denis que, quanto mais as instituições de acolhimento reproduzirem antigas lógicas punitivas e disciplinadoras, mais potencializam o adoecimento psíquico desses e dessas jovens que vivem a fragmentação das suas histórias e a falta de um olhar que os/as singularize.

A PERSPECTIVA CALEIDOSCÓPICA DE UMA QUASE PSICÓLOGA

Julio

17

La Reina dijo:

—Ahí tienes al Mensajero del Rey. Él está preso ahora, está siendo castigado. Su proceso no comenzará antes del próximo miércoles. Y por supuesto, su crimen será cometido al final.

—¿Y si nunca comete el crimen? —preguntó Alicia.

(Lewis Carroll citado en Galeano, 2012).

A soma das experiências com o acolhimento institucional, e também das vivências na Argentina, multiplicam ideias de como melhorar a realidade desses jovens que ficam ainda estigmatizados com os antigos rótulos da época do Código de Menores, que associava

pobreza e delinquência - e que fica representado neste fragmento de Eduardo Galeano, do livro *Los hijos de los días* - que pune e condena a população pobre a priori. Essa lógica punitiva, disciplinar e discriminatória ainda se faz muito presente em nossa sociedade. Não é de surpreender, pois, que no cenário político nacional esteja ganhando tanto espaço e apoio discursos que defendem lógicas repressivas, como, por exemplo, o discurso do “bandido bom é bandido morto”, a redução da maioria penal e, inclusive, a extinção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O ECA (1990), defendendo a doutrina da proteção integral que considera crianças e adolescentes cidadãos de direito, foi parte de um movimento instituinte, muito recente em nossa história, da época da redemocratização, que propôs uma sociedade democrática com direitos sociais para todos. O último relatório do ECA, encomendado pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015, para avaliar os avanços e desafios do Estatuto, nos seus 25 anos de existência, referiu que “divulgar o ECA em mais um ano de seu aniversário, suas conquistas e desafios, é imperioso no contexto presente, não apenas para disseminá-lo e divulgá-lo, mas principalmente para fazer frente às ameaças de retrocesso em relação a direitos humanos historicamente consolidados” (BRASIL, 2016, p. 3).

Enquanto futura psicóloga considero que o papel de minha profissão é fazer perguntas como a de Alícia, do fragmento de Galeano, que indaga à rainha “*y si nunca comete el crimen?*”, com isso ampliando as possibilidades de sentido dos sujeitos e não os restringindo a estigmas. Durante minha caminhada pela UFRGS, descobri a importância da criatividade e da arte como ferramentas de trabalho libertadoras. Diante dos aprisionamentos da vida ou do desejo de reprodução do instituído, devemos responder e resistir com criatividade.

Isso faz lembrar da minha experiência na Argentina, país que me foi muito inspirador pela relação implicada com sua história e política, e que reconhece a importância de manter viva sua memória para não repetir os erros do passado, o que fica representado no lema *no olvidar para no repetir* que se espalha pelo país no dia 24 de março, *Día Nacional de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, quando são lembradas as vítimas da última ditadura militar (1976-1983). No período do intercâmbio, tive a oportunidade de acompanhar momentos políticos importantes, como a votação da descriminalização do aborto na câmara de deputados em junho de 2018 e também a celebração do centenário da Reforma Universitária de 1918 - revolução organizada por estudantes da Universidad Nacional de

Córdoba que lutaram pela democratização do ambiente universitário, até então, gerido pelos jesuítas, tinha como marca o elitismo e o conservadorismo. Esse movimento é motivo de orgulho para os argentinos que conquistaram a educação pública e gratuita como um direito, mas que reconhecem que a luta continua, conforme um dos mais marcantes lemas da Reforma de 1918 “los dolores que nos quedan son las libertades que nos faltan” (Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria Córdoba 21 de junio de 1918).

A ideia de liberdade me faz lembrar de uma das oportunidades que tive em Córdoba, no CESAM (instituição de cumprimento de medida de privação de liberdade das adolescentes mulheres), onde, em parceria com o projeto de extensão Leecuentos, da Universidade Nacional de Córdoba, encontramos no contexto de uma “prisão juvenil” a liberdade e o apoio para a criação. Nasceu, pois, o projeto *Taller Palabras que Liberan*, através do qual realizamos quatro encontros com as jovens, em que por meio de contos literários, trabalhamos temáticas como autoestima, sonhos e liberdade. Impressionava-me como o contexto social vulnerável dessas jovens e suas histórias familiares, marcadas por muito desamparo, se pareciam com a realidade de jovens que acompanhei no acolhimento institucional aqui em Porto Alegre. Lá encontrei apoio e pessoas que sonharam comigo a atividade de contação de histórias, conseguindo criar efetivamente um espaço onde estas jovens pudessem pensar sobre si mesmas, primeiro passo na direção de sonhar e libertar-se dos aprisionamentos da vida. Espaços como este que senti falta na minha experiência com o acolhimento institucional, onde os jovens pudessem ser estimulados a sonhar.

Também foi na Argentina, onde participei dos *Talleres de Padres*, na *Secretaría de la Niñez, Adolescencia y Familia (SENAF)* da Província de Córdoba, dedicado aos pais dos e das adolescentes em conflito com a lei. Foi onde aprendi sobre a importância de “cuidar de quem cuida”: o espaço oferecia escuta e acolhimento para pais que sentissem necessidade de compartilhar as dificuldades na relação com seus filhos adolescentes, ajudando-os a compreender essa passagem e não culpabilizar seus filhos pelos momentos difíceis que estavam passando. Participar desses encontros também me remeteu à realidade do acolhimento institucional e de como seria importante a multiplicação dos espaços de escuta como este - no caso do acolhimento institucional, voltado para os agentes educadores, onde estes pudessem compartilhar suas angústias e pensar sobre sua prática, já que estes profissionais também pareciam, muitas vezes, desamparados pela instituição para lidar rotineiramente com casos tão complexos e pesados emocionalmente.

Também na mobilidade acadêmica, na disciplina *Juventudes contemporáneas y conocimiento situado: aproximaciones desde el campo psicosocial*, aprendi que um dos caminhos para os adolescente é subverter os estigmas que a sociedade produz em relação às juventudes pobres e marginalizadas. No mês de novembro, em Córdoba, ocorre uma das maiores e mais recentes manifestações sociais, organizada por coletivos de jovens, chamada Marcha de la Gorra, que começou a ocorrer em 2007, como forma de visibilizar e denunciar as perseguições policiais habituais que sofrem as e os jovens da periferia, os abusos de poder, violação de direitos e detenções arbitrárias. Esta população é estigmatizada em razão de sua vestimenta, especialmente em razão do uso de boné (em espanhol “gorra”, o que deu origem ao nome da marcha), que os identifica às classes sociais mais empobrecidas. A Marcha de la Gorra, geralmente conta com festivais culturais, se caracterizando por um espaço de socialização da cultura popular, de luta e de resistência. A banda *Rimando Vivo*, de uma comunidade periférica da cidade de Córdoba, que surgiu em oficinas de música, promovidas pela Fundação La morera, enuncia em suas músicas a criminalização que sofrem os jovens da periferia. Uma das canções do CD *Pura Realidad*, denunciam a violação de direitos a que estão sujeitos os moradores da periferia ao circular pelo centro da cidade:

*“Salgo de mi villa con mucha precaución
no gua ta por la espalda por si me pinta la acción
a mitad del camino pinta un móvil policial
preguntando che negro decime “dónde vas?”
respondiendo con franqueza contesté “voy a comprar”
y me pide el documento solo para molestar
el agarra su handy y pregunta por mi
sin motivo ni razón
él viene y me dice así
“vení, negro, vení, negro”
subiendo tranqui negro me tenés que acompañar
en el handy me dijeron que vos tenés captura
cómo va a tener recaptura si no tengo libertad
lo que es la vida negro y no poder disfrutar
de caminar por el asfalto porque siempre miran mal*

*discriminado noche y día por ser sólo de una villa
hoy en día con mi rima te cuento lo que es mi vida
policía asesina que a mi discrimina
la gente de la villa policía asesina
a ti me discrimina a la gente que camina
porque estamos cansados del abuso policial
porque estamos cansados de ser discriminado continuamente
y no poder transitar por la ciudad como un verdadero ciudadano
si después del golpe de estado decimos “nunca más”
o sea nunca más!
abajo el código de falta!
abajo el código de falta!”
(CD Pura Realidad, Rimando Vivo)*

Essas iniciativas têm relação com o proposto por Coimbra e Nascimento (2008, p. 10) “apesar desse competente apagamento oficial (dos intelectuais e dos meios de comunicação) vêm ocorrendo várias e diferentes experiências empreendidas por crianças e jovens em seus cotidianos, que configuram práticas de resistência, expressas através da música, de outras artes, de microorganizações coletivas, de redes de solidariedade. O importante é percebê-las, ver que existem, fortalecê-las, nos aliarmos a elas.”

Enquanto futura psicóloga, aposto nesses movimentos sociais e coletivos de jovens que criam redes de apoio e de resistência entre eles. Inclusive, essa é uma estratégia que poderia ser potencializada no acolhimento institucional: apostar mais nos laços entre os acolhidos, especialmente para aqueles que não têm perspectiva de adoção ou de retorno à família, pois ainda se oferece como esperança primordial encontrar um modelo familiar: pai, mãe e filhos; enquanto poderia ser explorada também a criação de uma rede de apoio entre os próprios jovens.

A liberdade e novas ideias que encontrei na Argentina têm relação com os sentimentos despertados por um intercâmbio: estar em outro país transmite muita liberdade e desejo de aproveitar ao máximo cada experiência. Com isso quero dizer que ambas experiências foram importantes e marcantes, tanto no Brasil quanto na Argentina, o diferente era minha condição de estrangeira no país vizinho, o que me provocava muito encantamento

com as novidades e oportunidades, mas foram minhas experiências prévias, como a experiência no acolhimento institucional, as disparadoras das inquietações e motores para buscar novas pistas em um outro país que complementassem minha trajetória no Brasil.

Cambio de lugar é o nome de uma exposição de arte que conheci no Palácio de la Moneda em Santiago, no Chile, a qual afirmava que as viagens quebram com o paradigma de uma identidade única, fechada e territorializada do sujeito, abrindo para as identidades múltiplas.

Esta multiplicidad constituye otra perspectiva de pertinencia territorial y disciplinar, para interrogarse sobre cómo el habitar en otros lugares, físicos o profesionales, permite definir una geografía humana según una perspectiva de distancia, afectividad e ironía a la vez. (Mariagrazia Muscatello; Montserrat Rojas Corradi, Oficina Curatorial Mo-Ma)

Multiplicidade, a qual representei em minha escrita através da metáfora do Caleidoscópio, e que, para além do intercâmbio, reflete a formação que tive na UFRGS, que me ensinou a perceber as situações de atuação da Psicologia através de diferentes perspectivas, sempre interrogando-me, como um estrangeira, se há outros modos possíveis de viver e de ser psicóloga.

ENTERRAMENTO/ ESCAVAÇÃO

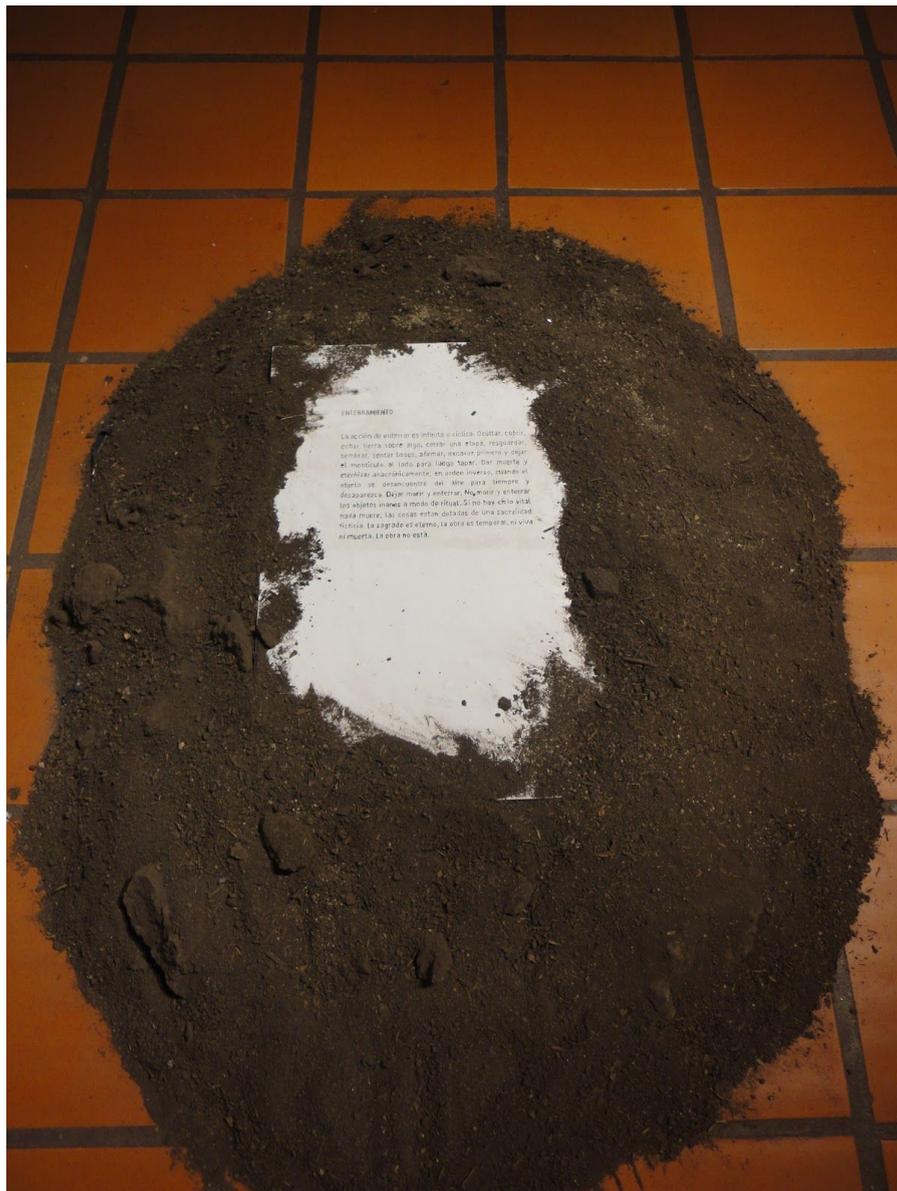
Não foi fácil escrever esse trabalho. Dou-me conta que esta é a mesma frase com a qual comecei o trabalho que escrevi para a supervisão sobre meu estágio no acolhimento institucional no ano passado. Parar para escrever sobre essa experiência no acolhimento institucional, buscando elaborá-la, me custou, me fez sentir, em alguns momentos, imobilizada: a escrita não avançava, se repetia, sempre voltando aos mesmos fragmentos das mesmas histórias, dos mesmos jovens, inúmeras vezes. Parece o movimento de um trauma que retorna infinitas vezes até que ganhe um sentido. A cada dia que sentei para escrever, já parecia não fazer mais sentido o que estava no papel: qual era o fio da meada mesmo? Já o havia perdido novamente, repetindo em minha escrita o movimento de fragmentação das histórias que procurei narrar.

Por onde começar? Qual experiência contar? Como costurar minha experiência entre o Brasil e a Argentina? Muitas experiências, e pouco tempo e folhas para contá-las. Costurar é um verbo que se fez presente durante meu estágio na FPE. Talvez não por coincidência, um

dos aprendizados que tive neste estágio junto ao primeiro acolhido que conheci, Renato, um adolescente de 15 anos, foi costurar mantas de lã com os dedos. Recordo-me de usar esse termo “costura” para definir meu papel no estágio, pois sentia que meu papel como estagiária de Psicologia foi de estabelecer ligação e comunicação entre os diferentes espaços que os acolhidos circulavam (atendimentos médicos, psicológicos, escola, aulas de esporte, abrigo), buscando construir uma maior integração para que as crianças e adolescentes não fossem tratadas em cada espaço de forma fragmentada.

Além de costurar, essa escrita também teve como processos o enterrar e o escavar, que me remetem ao trabalho de uma artista Argentina, Constanza Chiappini, que conheci em uma exposição em minha primeira semana em Córdoba. Sua obra/ação chamada *Devenir*, apresentava no chão, duas lajotas cada uma rodeada por terra, uma delas com uma mensagem sobre *Enterramento* e a outra sobre *Escavação*. Esses dois movimentos remetem ao momento final da graduação e à escrita do Trabalho de Conclusão de Curso. Por um lado, o momento de enterrar, significando dar fim ao ciclo da graduação: *la acción de enterrar es infinita o cíclica*, estamos eternamente começando e terminando ciclos, o que fica representado pela graduação a qual agora se encerra, enquanto também abre portas de novos ciclos para dar sequência a essa caminhada pela Psicologia que apenas começa. Quanto à escavação, a artista refere que *Se excava para encontrar algo, una respuesta, para llegar al final que es la piedra, la sólida, más allá de la incertidumbre. Se excava para encontrarse al final*. Essa frase faz pensar sobre o movimento da escrita, escrevemos resignados, buscando encontrar uma resposta. Busquei encontrar respostas para o sofrimento que percebia entre os adolescentes em contexto de acolhimento institucional, e enquanto procurava essa resposta, acabei encontrando-me psicóloga.

REGISTROS DESSA TRAJETÓRIA



Obra de Constanza Chiappini

“Enterramiento”

“La acción de enterrar es infinita o cíclica, ocultar, cubrir, echar tierra sobre algo, cerrar una etapa, resguardar, sembrar, sentar bases, afirmar, excavar primero y dejar el montículo al lado para luego tapar. Dar muerte y eternizar anacrónicamente, en orden inverso, cuando el objeto se desencuentra del aire para siempre y desaparezca. Dejar morir y enterrar. No morir y enterrar los objetos inanes a modo de ritual. Si no hay ciclo vital nada muere, las cosas están dotadas de una sacralidad ficticia. Lo sagrado es eterno, la obra es temporal. Ni viva, ni muerta. La obra no está.”

Obra de Constanza Chiappini.

“Excavación”

“La acción de cavar es finita. encontrar, descubrir, develar, hacer ver, iluminar, escarbar, cargar con las manos, arrastrar con los dedos, de rodillas, sólo se excava hacia abajo, no hay arriba, sólo mirando el suelo, en posición de renuncia. Sólo se excava hacia abajo, arrimando la tierra hacia los costados. Se hace en el medio de la búsqueda de algo, a veces más a veces menos claro el qué y el por qué. Se excava para encontrar algo, una respuesta, para llegar al final que es la piedra, la sólida más allá de la incertidumbre. Se excava para encontrarse al final.”

INTERVENCIÓN FOTOGRÁFICA
**NEGRO
SOBRE
BLANCO**
doscientos años de racismo
★MFTO



Viernes 08 de Julio de 2016, 20hs.
Museo de Antropología, Hipólito Yrigoyen 174, Córdoba.
Noche de los Museos 200 años.
ENTRADA LIBRE Y GRATUITA

Imagem da exposição “Negro sobre Blanco. Doscientos años de independencia. Doscientos años de una Argentina blanca y europea” do Coletivo Manifiesto. Córdoba, Argentina.



Imagem da exposição “Negro sobre Blanco. Doscientos años de independencia. Doscientos años de una Argentina blanca y europea” do Coletivo Manifiesto. Córdoba, Argentina.



Imagem da exposição “Negro sobre Blanco. Doscientos años de independencia. Doscientos años de una Argentina blanca y europea” do Coletivo Manifiesto. Córdoba, Argentina.



Capa do CD *A Fuego* da banda Rimando Vivo de Córdoba, Argentina.



Archivo Provincial de la Memoria (antigo centro de detenção e tortura na época da ditadura militar). Córdoba, Argentina.



Homenagem, no *Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, no centro da cidade aos desaparecidos durante a ditadura militar. Córdoba, Argentina.



Homenagem, no *Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia*, aos estudantes do curso de Psicologia da UNC desaparecidos durante a ditadura militar.



Imagem do “panelazo” à meia noite do 13 de junho de 2018, dia da votação da descriminalização do aborto na câmara de deputados da Argentina.



Foto de uma das paredes internas do CESAM (Centro Educativo de Adolescentes Mujeres). Córdoba, Argentina.



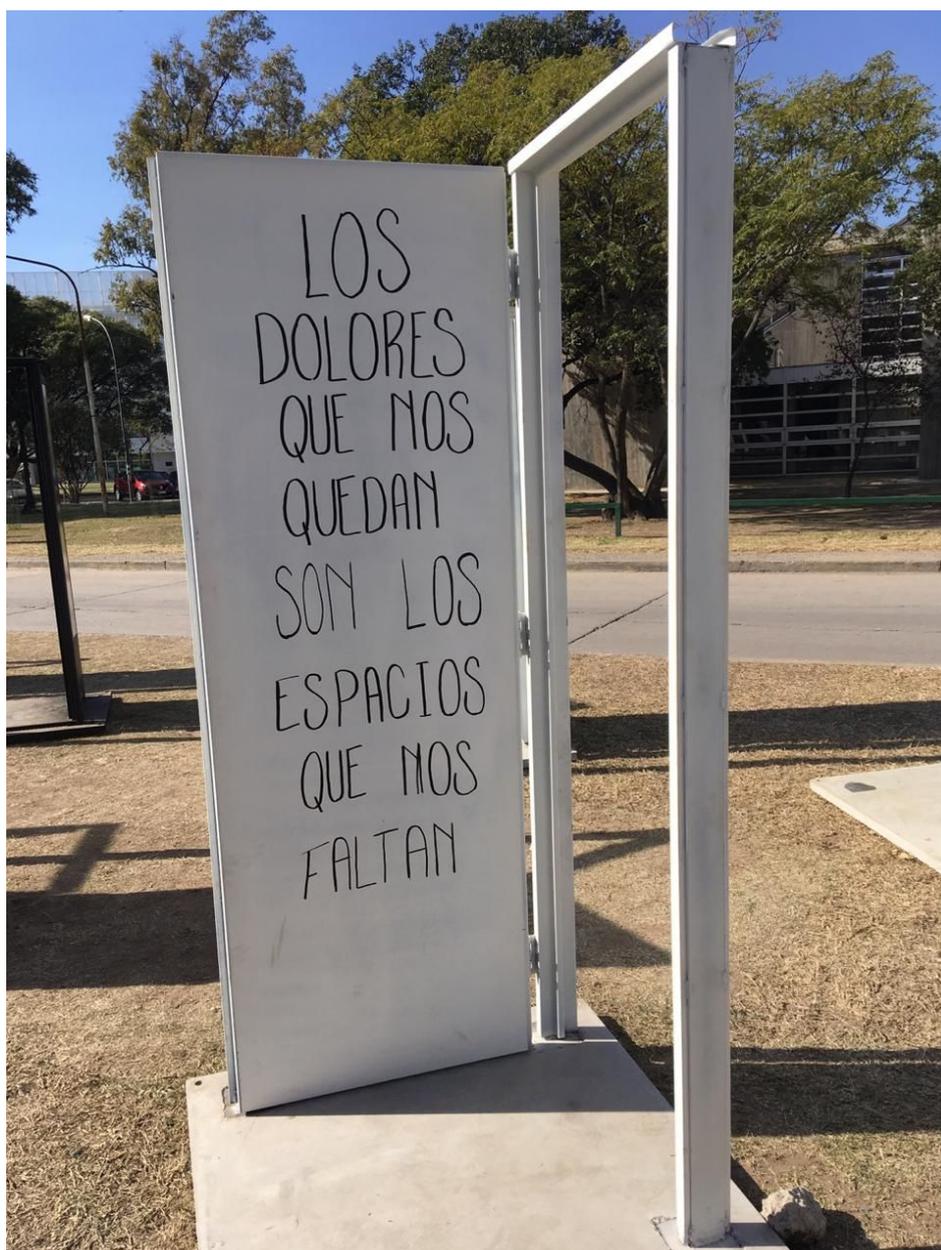
Foto do monumento em homenagem ao centenário da Reforma de 1918 na Universidad Nacional de Córdoba.



Exposição de arte “Portal del Centenario” na Universidad Nacional de Córdoba em homenagem ao centenário da Reforma de 1918.



Exposição de arte “Portal del Centenario” na Universidad Nacional de Córdoba em homenagem ao centenário da Reforma de 1918.



Exposição de arte “Portal del Centenario” na Universidad Nacional de Córdoba em homenagem ao centenário da Reforma de 1918.

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Sonia. René Lourau, *Analista institucional em tempo integral*. Editora Hucitec. 2004.

ARGENTINA. Ministerio de Desarrollo Social. Secretaria de Niñez, adolescencia y familia. Programa de orientación familiar, Taller de Padres. Formación para la Capacitación.

BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de Análise Institucional e outras teorias: teoria e prática*. Belo Horizonte, 2002.

BATTISTELLI, Bruna. *Socorro: meus filhos foram para o abrigo! O acolhimento institucional e a judicialização da vida de crianças e adolescentes*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente. Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Relatório Avaliativo, ECA 25 anos, mais direitos, menos redução. Brasília, 2016.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Livia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? (2007). In: E. M. M. Arantes, M. L. Nascimento & T. M. G. Fonseca (Orgs.), *Práticas psi inventando a vida* (pp. 27-38). Niterói, RJ: EdUFF.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. *A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?* In: *Infância e Juventude*. Rio de Janeiro, UERJ, 2008.

CRUZ, Lilian. *(Des)articulando as políticas públicas no campo da infância: implicações da abrigagem*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neusa. A trajetória das políticas públicas direcionadas à infância: paralelos com o presente. *Mnemosine*. vol. 4, p. 28-52, 2008.

FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice. *Políticas de Proteção à Infância: Um olhar antropológico*. Porto Alegre: 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: 2005.

IPEA/DISOC. (2003). Levantamento Nacional de Abrigos da Rede SAC. Relatório de Pesquisa número 1. Brasília. Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/orientacoes_tecnicas_final.pdf . Resgatado no dia 22 de novembro 2018.

OMIZZOLO, Poliana. *Experiência de (Des)continuidade e o vir a ser no abrigo: desdobramentos a partir da teoria de D. Winnicott*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

QUAPPER, Klaudio. *Juventud o juventudes? Versiones, trampas, pistas y ejes para acercarnos progresivamente a los mundos juveniles*. In: *Adolescencia y juventud. Análisis de una población postergada*. San José, UCHILE, 2001.

WINNICOTT, Donald. *O ambiente e os processos de maturação, estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre, 1983.

WINNICOTT, Donald. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: 1975.

WINNICOTT, Donald. *Privação e Delinquência*. 4. ed. São Paulo: 2005.

DISCOGRAFIA

RIMANDO VIVO (Richarzzon Romero, Negro Yoni Diaz, Nico Diaz, Eze Galimbert, Mateo Bruno, Martín Ellena, Nicolás Ocampo). *A Fuego*. Fundación La Morera, 2018.

SIMAS, J; FEITAL, P.C. *O Clero in Carta ao Rei*. Produção independente, sem data.

